

# REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 26 No.2 2013 / Volume 27 No.1 2014

PARTE 3 - A CONSTRUÇÃO DE INTERLOCUÇÕES: CAMPOS DISCIPLINARES E SOCIEDADE

ARTIGO

## MUSEOLOGIA ARQUEOLÓGICA PARTICIPATIVA: UM NOVO MÉTODO PARA O ESTUDO DA COMUNICAÇÃO EDUCATIVA EM MUSEUS COM COLEÇÕES DE ARQUEOLOGIA\*

---

Mário Nuno do Bento Antas

### RESUMO

A museologia arqueológica participativa visa a construção de estratégias de comunicação e de ambientes de aprendizagem expressas em ações comunicativas e educativas no sentido de tornar os visitantes participativos, através da mediação, da museologia e dos recursos museográficos. Assim, o objetivo final passa por tornar o museu num centro de aprendizagem e participativo onde os visitantes possam fazer os seus próprios caminhos de aprendizagem e de produção de conhecimento.

Este artigo apresenta uma proposta de método de análise para os estudos de comunicação nos museus de arqueologia.

**Palavras-chave:** Comunicação educativa, Patrimônio arqueológico, Museus de arqueologia

### ABSTRACT

The Participatory archaeological museology is aimed to building communication strategies and learning environments expressed in communication and educational actions to make the visitors more participative through mediation, museology and museographic resources. Thus, the final objective is to make the museum a center of learning and participatory where visitors can make their own ways of learning and knowledge production.

This paper proposes a method of analysis for the study of communication in museums of archaeology.

**Key words:** Educational communication, Archaeological heritage, Archaeology Museums

\* Museu Nacional de Arqueologia, ICOM Portugal, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, Portugal.

## MUSEALIZAÇÃO DA ARQUEOLOGIA E TRANSVERSALIDADE DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO: BASES DA MUSEOLOGIA ARQUEOLÓGICA PARTICIPATIVA

Neste artigo propomos, um novo método para o estudo da comunicação educativa em museus de arqueologia que denominamos de museologia arqueológica participativa (Antas, 2013). Este novo quadro teórico tem como base a sociomuseologia, na qual se privilegia a interdisciplinaridade com a arqueologia, comunicação e educação e que permite produzir uma investigação na área da comunicação educativa dos museus de arqueologia.

A arqueologia, como ciência que busca o conhecimento das sociedades passadas através dos seus vestígios materiais, passou por vários paradigmas metodológicos. Desde a era do antiquários, a abordagem iluminista, o evolucionismo do século XIX, a abordagem histórico-cultural da primeira metade do século XX, passando pela nova arqueologia ou arqueologia processual batizada por Lewis Binford (1994), até às concepções pós-processualistas da década de oitenta do século XX (HODDER, 1982), em que a arqueologia procura diversificar-se para áreas novas. Neste contexto surge a arqueologia pública (McGIMSEY, 1972), que propõe ações que visam divulgar e partilhar o conhecimento arqueológico com as comunidades locais (SHANKS e TILLEY, 1988, 1992; TRIGGER, 2004; RENFREW e BAHN, 2004).

O conceito de arqueologia pública merece uma reflexão mais aprofundada, na medida em que se aproxima muito da sociomuseologia, visto que defende uma abordagem participativa da população ou visitantes durante todo o processo. Este conceito tem evoluído, pois até ao início dos anos oitenta era entendido como uma luta pela preservação do património arqueológico material, pelo qual o estado deveria zelar. Teoricamente a arqueologia pública seria dirigida ao “público” (entendido como estado) e ao público, entendido como pessoas individuais. O conceito atual continua a ser alvo de debates sofisticados (MERRIMAN, 2004), mas tendência em voga é a de considerar a arqueologia pública como “any area of archaeological activity that interacted or had potential to interact with the public<sup>1</sup>”, (SCHADLA-HALL, 1999:147). Desta forma a arqueologia pública aproxima-se da sociomuseologia na medida em que permite o retorno da arqueologia ao público, em que o *development of the notion of the active citizen, in which choice and participation (particularly expressed through consumerism) is seen to be a major political advance*<sup>2</sup> (MERRIMAN, 2004:4)

Atualmente, assiste-se ao alargamento do objeto e campo de estudo da arqueologia. A arqueologia desenvolve, cada vez mais, uma crescente relação de proximidade com as arqueociências<sup>3</sup>, o que permite encontrar uma grande variedade de leituras interpretativas do

---

1 “qualquer área da atividade arqueológica que tenha interagido ou tivesse potencial para interagir com o público”. (trad. do autor).

2 “em que o desenvolvimento da noção de cidadão ativo, na qual a participação (expressa particularmente através do consumismo), é vista como sendo um grande desenvolvimento político”. (trad. do autor).

3As arqueociências permitem realizar pesquisas pluridisciplinares sobre a evolução da paisagem e dos antigos territórios humanos, sobre a história evolutiva do ser humano e dos recursos por ele explorados, e sobre a natureza dos diferentes sistemas de adaptação documentados pela investigação arqueológica. Os estudos da geosfera (clima e meio físico) são feitos pela geoarqueologia com recurso a metodologia da geologia, da geomorfologia e da geografia. Os estudos da biosfera (fauna e flora) são feitos com recurso à arqueozoologia, que estuda os restos de faunas encontrados em contexto arqueológico e da

passado, as quais não seriam possíveis anteriormente. No entanto, existe o “perigo” de perda de identidade com o alargamento do campo de estudo. Ian Hodder (1998), partindo de uma análise que tem raízes na arqueologia contextual, afirma que se a arqueologia quiser recuperar a sua identidade será necessário:

algo más que excavar artefactos y llevarlos a los museos y clasificarlos dentro de subsistemas socioculturales; es necesario analizarlos contextos específicos de los objectos en el pasado, con el fin de confrontar nuestros próprios contenidos a la luz de la vastíssima generalidad de los tempos<sup>4</sup> (HODDER, 1988:211)

Neste sentido, atualmente a arqueologia deve ser entendida como:

Si generalmente se entiende la Arqueología como, “estudio de lo antiguo”, en realidad se debe entender como, la disciplina que estudia, a partir del registro arqueológico, la integración de la cultura material en los procesos sociales de construcción de la realidad”. La Arqueología defiende la centralidad de la noción de cultura material para comprenderlo social: “la Arqueología es el estudio de las formas mediante las cuales nos expresamos nosotros mismos a través de los objetos que hacemos y usamos, reunimos, descartamos o aceptamos sin cuestionamiento<sup>5</sup>. (CRIADO-BOADO, 2012:2)

Todas estas fases de evolução da arqueologia que Camila Wichers (2010) denomina como “a estratigrafia da construção do patrimônio arqueológico”, leva-nos para a questão do carácter marcadamente social da arqueologia, visto que a *arqueologia infere comportamento humano, e também ideias, a partir de materiais remanescentes do que as pessoas fizeram e usaram, e do impacto físico de sua presença no meio ambiente* (TRIGGER, 2004:19). Tal como refere Paul Bahn (1997) *o objetivo último da arqueologia - se é que tem de ter algum sentido ou justificação - deve ser a comunicação dos seus achados, não apenas a estudantes e colegas, mas, acima de tudo, ao público...* (BAHN, 1997:105).

É seguindo esta linha de pensamento que chegamos ao conceito de musealização da arqueologia, enunciado por Cristina Bruno (1995, 1996, 1999, 2007). Segundo a autora, a musealização da arqueologia:

Organiza-se a partir de estudos relativos à cadeia operatória de procedimentos museológicos de salvaguarda (conservação e documentação) e comunicação (exposição e

Paleontologia do Quaternário, que estuda a fauna que viveu contemporaneamente com a humanidade (estas ciências utilizam a taxonomia para identificar as espécies animais e a tafonomia para perceber como se acumularam os restos faunísticos), a paleobotânica (utiliza a antracologia para estudar carvões, a carpologia para as sementes e a palinologia para os pólenes). O estudo físico da espécie humana é feito pela bioantropologia e pela paleoantropologia física. No que respeita à evolução tecnológica, são usados estudos de paleotecnologia lítica e de traciologia para se conhecer melhor os utensílios deixados pelos nossos antepassados.

<sup>4</sup>mais do que escavar artefactos e levá-los para museus e classificá-los dentro de subsistemas socioculturais; é necessário analisar os contextos específicos dos objectos no passado, para confrontar os nossos próprios conteúdos à luz da vastíssima generalidade dos tempos”. (trad. do autor).

<sup>5</sup>Se geralmente se entende a arqueologia como “estudo do antigo”, na realidade deve entender-se como a disciplina que estuda, a partir do registo arqueológico, a integração da cultura material nos processos sociais de construção da realidade”. A Arqueologia defende a centralidade da noção de cultura material para compreender o social: “A arqueologia é o estudo das formas em que nós mesmos nos expressamos através dos objectos que fazemos e usamos, colecionamos, rejeitamos ou aceitamos sem questionar”. (trad. do autor).

ação educativo-cultural), aplicados à realidade arqueológica, constituída a partir de referências patrimoniais, coleções e acervos (BRUNO, 2007:1).

Desta forma, Bruno (1995, 1996, 1999, 2007) defende que, partindo de procedimentos museológicos de salvaguarda e comunicação aplicados à arqueologia, ou melhor dito, ao patrimônio arqueológico, estaremos a elevar esse mesmo patrimônio à categoria de herança patrimonial. Nesta acepção, a musealização da arqueologia é um “processo constituído por um conjunto de factores e procedimentos que possibilitam que parcelas do patrimônio cultural se transformem em herança, na medida em que são algo de preservação e comunicação” (BRUNO, 1996: 67-68).

No quadro teórico, que serve de referencial a este trabalho de investigação, e que se entronca de uma forma clara no pensamento de Bruno sobre musealização de arqueologia, está a noção de transversalidade do patrimônio arqueológico defendida por Raposo (1997, 1999, 2004, 2007, 2009). Luís Raposo denomina a arqueologia como “o mais democrático dos patrimónios” (RAPOSO, 2009:76), pois:

os bens arqueológicos existem em todo o lado, da aldeia à cidade, literalmente debaixo dos nossos pés, e preenchem um amplíssimo leque de expressões sociais, que vão do instrumento comum à alfaia litúrgica, da pedra bruta integrada em muro seco à cantaria finamente rendilhada, ou ainda do mais pequeno objecto móvel ao monumento megalítico, ao castro e ao castelo (RAPOSO, 2009: 76).

O mesmo autor refere ainda que a proximidade do patrimônio arqueológico em termos espaciais e, até mesmo afectivos, só tem paralelo com patrimônio etnográfico, sendo que o patrimônio arqueológico tem “vantagem” devido ao seu “carácter distanciador do tempo”. Neste sentido, o autor defende que:

“Tudo permite associar a lucerna romana, o candil islâmico, a candeia medieval e a lamparina que ainda vemos em casas ou em mercados rurais. E a todas estas peças chamamos patrimônio, valorizando talvez mais, no plano estritamente pessoal, aquelas a que nos ligam memórias familiares. Mas se perguntados pela sua valorização colectiva, as mais antigas adquirem novo estatuto. São-nos próximas, mas vêm de “um país distante” chamado passado. Constituem por isso plataformas mais comuns de identificação no plano colectivo” (RAPOSO, 2009: 76).

Seguindo esta linha de pensamento, o patrimônio arqueológico, que poderia ser considerado, paradoxalmente como mais “distante”, é na verdade mais “próximo” devido ao seu carácter transversal e por se constituir como “o mais democrático dos patrimónios”. Neste sentido, o autor chama ainda a atenção que “importa verificar as consequências da valorização social dos bens arqueológicos, quanto à melhor percepção que deles possuem e se esforçam por proporcionar os diferentes agentes responsáveis pela sua mediação social, arqueólogos, patrimonialistas, conservadores-restauradores ou museólogos” (RAPOSO, 2009: 76).

Tendo em linha de conta os conceitos de musealização da arqueologia (BRUNO, 1995, 1996, 2002, 2007) e de transversalidade do patrimônio arqueológico (RAPOSO, 1997, 1999, 2004, 2007, 2009), torna-se necessário articular ambos os conceitos no campo da museologia.

A articulação destes dois conceitos-chave torna-se possível dentro da sociomuseologia, pois esta constitui-se “como uma área disciplinar de ensino, investigação e atuação que privilegia a articulação da museologia em particular com as áreas do conhecimento das Ciências Humanas, dos Estudos do Desenvolvimento, da Ciência de Serviços e do Planeamento do Território”. Visto que “a Sociomuseologia assenta a sua intervenção social no património cultural e natural, tangível e intangível da humanidade” (MOUTINHO, 2007a:1), todo o tipo de património arqueológico móvel e imóvel, tangível e intangível faz parte da sua intervenção social. Seguindo esta linha de pensamento, Mário Moutinho define Sociomuseologia referindo que:

O que caracteriza a Sociomuseologia não é propriamente a natureza dos seus pressupostos e dos seus objetivos, como acontece em outras áreas do conhecimento, mas a interdisciplinaridade com que apela a áreas do conhecimento perfeitamente consolidadas e as relaciona com a Museologia propriamente dita. ... As preocupações fundamentais da Sociomuseologia há muito que se encontram descritas em numerosos documentos elaborados dentro e fora da Museologia (MOUTINHO, 2007: 1).

Nesta aceção, a sociomuseologia fornece a base da teoria museológica onde se privilegia a interdisciplinaridade com a arqueologia, comunicação e educação e que permite produzir uma investigação científica na área da comunicação educativa dos museus de arqueologia. Os museus de arqueologia constituem-se assim como instituições ao serviço da sociedade da qual fazem parte integrante, cujo principal objetivo passará por conseguir que as comunidades em que se inserem participem de uma forma activa nas actividades dos museus provocando mudanças na própria sociedade (Mesa Redonda de Santiago do Chile, ICOM, 1972)<sup>6</sup>. Partindo destes pressupostos, esta investigação encontra assim o campo teórico base na sociomuseologia que Mário Moutinho (2007a; 2007b) explana da seguinte forma:

A visão restritiva da museologia como técnica de trabalho orientada para as colecções, tem dado lugar a um novo entender e práticas museológicas orientadas para o desenvolvimento da humanidade.

E é exactamente para esta realidade, fruto da articulação de áreas do saber que cresceram por vezes fora da museologia mas que progressivamente se tornaram recursos incontornáveis para o desenvolvimento da própria Museologia, que a definição de Sociomuseologia se revela poder ser um contributo que ajuda a compreender processos e definir novos limites.

Assim entendido a Sociomuseologia assume-se como uma nova área disciplinar que resulta da articulação entre a demais áreas do saber que contribuem para o processo museológico contemporâneo. Entre o paradigma do Museu ao serviço das colecções e o paradigma do Museu ao serviço da sociedade está o lugar da Sociomuseologia (MOUTINHO, 2007a:1).

---

<sup>6</sup>A questão da museologia participativa foi uma das conclusões centrais da Mesa Redonda de Santiago do Chile. A chamada declaração de Santiago estabelece o conceito de museu integral, sendo que o museu deve assumir-se como um agente de desenvolvimento local integrando a comunidade, para que esta desenvolva uma consciência patrimonial. Este documento é de central importância para a museologia, visto que vai lançar as bases de uma nova museologia, será analisado com maior pormenor ao longo do capítulo II.

Partindo de uma premissa fornecida pela sociomuseologia, onde se privilegia a interdisciplinaridade com a arqueologia, comunicação e educação, a museologia arqueológica participativa assenta em dois conceitos-chave: a musealização da arqueologia (BRUNO, 1995, 1996, 2002, 2004, 2007) e a transversalidade do patrimônio arqueológico (RAPOSO 1997, 1999, 2004, 2007, 2009). Estes dois conceitos, já descritos anteriormente, apontam para a noção de patrimônio arqueológico como uma herança proximal e não distante. O fato deste patrimônio, devido às suas características peculiares, fazer parte do imaginário coletivo anterior (na maioria dos casos) à fundação dos próprios estados torna-o como uma herança comum e desse modo, visto como proximal a todos<sup>7</sup>. O patrimônio arqueológico é intemporal e por esse motivo proximal. É neste capítulo particular que “entra” a museologia arqueológica participativa, como forma de tornar o patrimônio arqueológico ainda mais proximal, ou seja de demonstrar a proximidade deste patrimônio junto da sociedade, tal como se pode ver no seguinte quadro:

**Figura 1:** Da apropriação do patrimônio arqueológico



A museologia arqueológica participativa utiliza a comunicação educativa para tornar o patrimônio arqueológico mais “próximo” da sociedade. A comunicação educativa da museologia arqueológica participativa, é um processo em construção que se reinventa todos os dias (tal como o museu), privilegiando a construção de estratégias de comunicação e de educação que se exprimem em ações comunicativas e educativas no sentido de tornar os visitantes em participantes.

#### SOCIOMUSEOLOGIA, PARTICIPAÇÃO E COMUNICAÇÃO EDUCATIVA: BASES DA MUSEOLOGIA ARQUEOLÓGICA PARTICIPATIVA.

A sociomuseologia tem como objetivo fundamental a comunicação com a sociedade<sup>8</sup>. Neste sentido, através da comunicação educativa vai fazer a “ponte” com os visitantes dos

<sup>7</sup>Obviamente que o patrimônio arqueológico pode ser “usado” para justificar “nacionalismos”, dependendo do tipo de abordagem que os líderes políticos dos diferentes estados fazem dele.

<sup>8</sup> Esta ideia está bem expressa ao longo de todo o pensamento de Hugues de Varine-Bohan (1996), Mário Chagas (1994) e Ulpiano Bezerra de Meneses (2000).

museus, para que estes deixem o seu papel passivo de meros espectadores e passem a ter um papel ativo participativo de aprendizagem, reflexão e conhecimento para que cada visita se torne uma experiência única e profícua para os visitantes e o próprio museu. Assim a comunicação educativa exprime-se através de três eixos:

**Figura 2:** Eixos da comunicação educativa na museologia arqueológica participativa



A museologia arqueológica participativa deve assim proporcionar ao visitante um lugar absolutamente central no processo de aprendizagem, em que todas as ações proporcionadas pelo museu através suas exposições, mediadores e recursos didáticos possibilitem a estes escolher as formas de aprendizagem e conhecimento que pretendem adquirir. Assim com estas abordagens desenvolvem-se ambientes de aprendizagem participativa para os visitantes, como é visível no seguinte quadro:

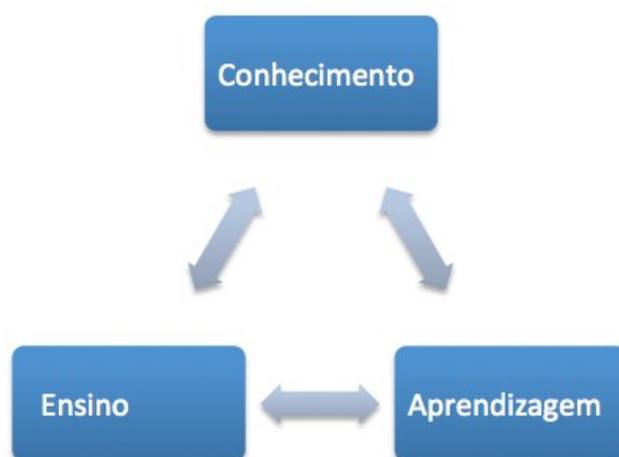
**Figura 3:** Museologia arqueológica participativa e relação com os visitantes



O objetivo último da museologia arqueológica participativa passa por tornar a sociedade participativa, não só na apropriação do patrimônio arqueológico, mas sobretudo na própria construção do museu enquanto espaço cultural, educativo e em última análise social.

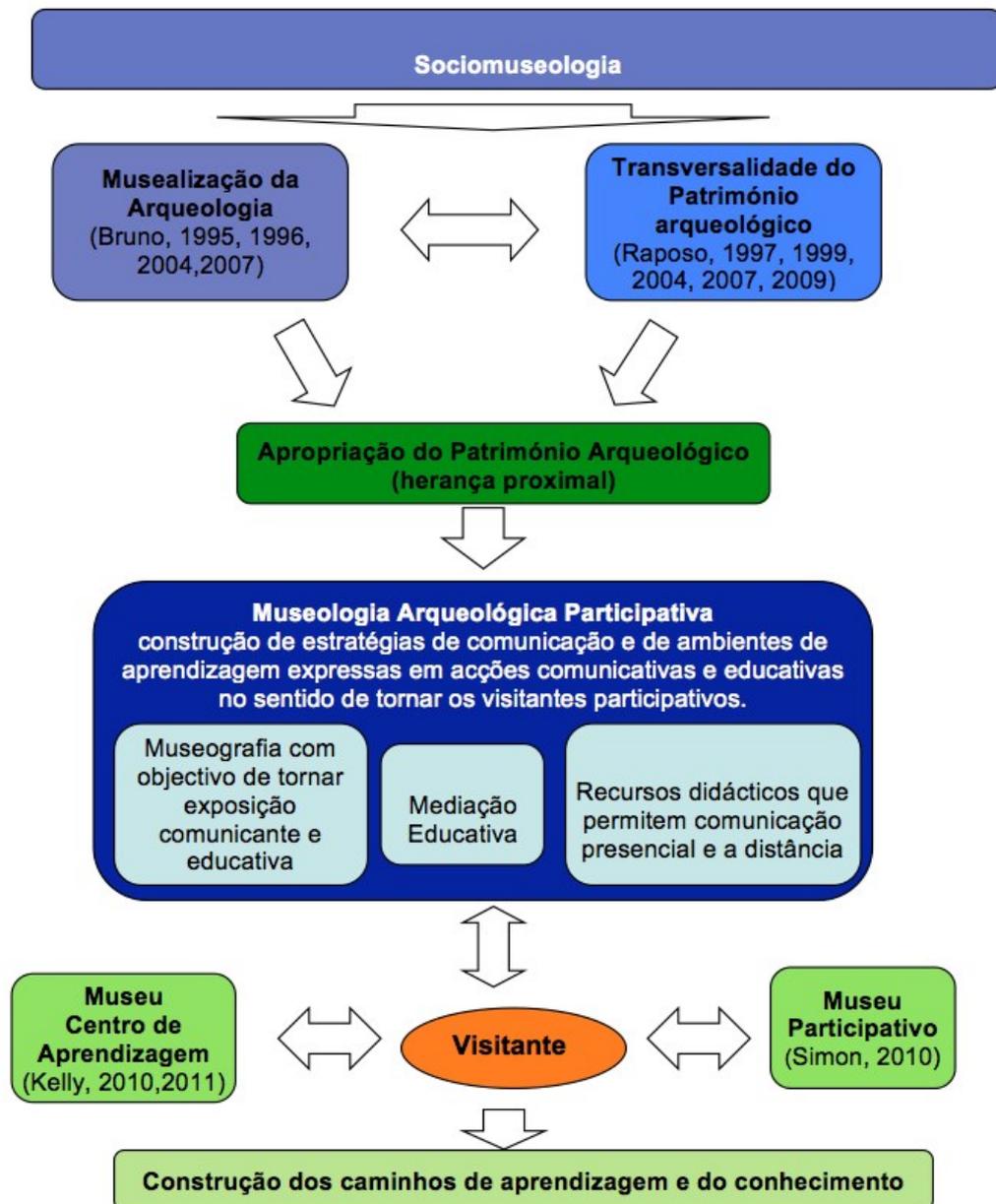
Neste sentido o museu deve ser um lugar que a participação dos visitantes seja absolutamente central (SIMON, 2010) funcionando para isso como um centro de aprendizagem (KELLY, 2010, 2011), em que estes assumam claramente o papel ativo nas aprendizagens. Seguindo estas concepções, assumimos neste trabalho, que o museu é um espaço onde se desenvolve uma relação de ensino-aprendizagem bi-direcional entre os visitantes e os diversos agentes do museu (sobretudo mediadores educativos).

**Figura 4:** Processo de ensino-aprendizagem e construção do conhecimento



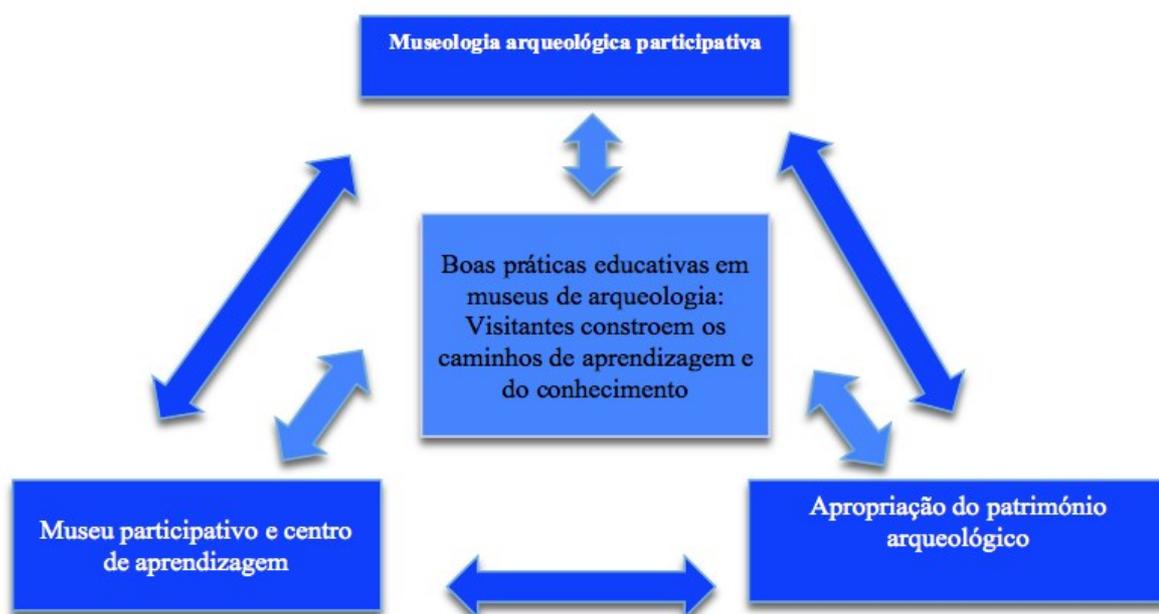
Por outro lado, ao assumirmos o museu como espaço de partilha, devemos igualmente assumir que a construção do conhecimento deve pautar-se por um processo dinâmico partilhado, ou melhor não deve ser um discurso fechado dos agentes museológicos, mas sim um discurso museológico que apele à múltipla participação de todos os que fruem o museu, tirando assim, proveito das suas múltiplas valências e diferentes níveis de conhecimento. Por outras palavras temos que ultrapassar o discurso de que os profissionais de museus “sabem o que querem mostrar” e os visitantes “sabem o que querem ver”, pois ao conciliarmos estas duas perspectivas, esperamos pois, atingir um dos objetivos da sociomuseologia: colocar a sociedade a participar e construir o conhecimento sobre o patrimônio.

Desta forma, podemos resumir a museologia arqueológica participativa na seguinte figura:

**Figura 5:** Esquemática geral da museologia arqueologia participativa

A partir deste método, é possível estudar cientificamente as boas práticas educativas nos museus de arqueologia, tal como se observa graficamente na seguinte figura:

**Figura 6:** Eixos e objetivos da museologia arqueologia participativa



Assim, através deste método hipotético-dedutivo é possível identificar as boas práticas nos museus, e realçar o seu *modus operandi*, que permite identificá-los como exemplos de boas práticas educativas em museus de arqueologia em que o museu é um local participativo e centro de aprendizagem que permite a apropriação do património arqueológico pelos visitantes que constroem livremente os seus caminhos de aprendizagem e conhecimento.

Em resumo, propomos um método próprio que designamos por museologia arqueológica participativa. Acreditamos que com a utilização deste método, torna-se por um lado mais fácil, identificar as boas práticas em museus de arqueologia e por outro, nortear novas experiências que se queiram constituir como boas práticas no domínio da comunicação educativa.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTAS, M. 2013. A comunicação educativa como fator de (re)valorização do Património arqueológico. Boas práticas em museus de arqueologia portuguesas. Tese de doutoramento. Lisboa, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 488 pp.
- BAHN, P. 1997. *Arqueologia, uma breve introdução*. Lisboa: Gradiva.
- BINFORD, L. 1994. *Em busca do passado. Em busca do passado*. Lisboa: Publicações Europa América, Col. Forum da História.
- BRUNO, M. C. 2007. Musealização da Arqueologia - alguns subsídios. Manuscrito.
- BRUNO, M.C. 2002. *A museologia como uma pedagogia para o património*. Ciências & Letras, nº 31. Porto Alegre: 2002.
- BRUNO, M.C. 1999. Musealização da arqueologia: um estudo de modelos para o projecto de Paranapanema. In *Cadernos de Sociomuseologia*, N.º 17. Lisboa: ULHT.
- BRUNO, M.C. 1997. Funções do museu em debate: Preservação; In *Cadernos de Sociomuseologia*, N.º 10. Lisboa: ULHT.
- BRUNO, M.C. 1996. *Museologia e Comunicação*. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.
- BRUNO, M.C. 1995. Musealização da Arqueologia: um estudo de modelos para o Projeto Paranapanema. Tese de Doutoramento. São Paulo: Programa de Pós-Graduação Interdepartamental em Arqueologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

- CHAGAS, M.1994. Novos Rumos da Museologia. In *Cadernos de Sociomuseologia*, N.º 2. Lisboa: ULHT.
- CRIADO-BOADO, F. 2012. *Arqueológicas. La razón perdida*. Barcelona: Edicions bellaterra
- HODDER, I. 1982. *The Present Past - An introduction to Anthropology for archaeologists*. Londres: Batsford
- HODDER, I. 1988. *Interpretación en arqueología – corrientes actuales*. Barcelona: Crítica.
- HOOPER-GREENHILL, E. 1991. *Museum and gallery education*. Leicester: Leicester University Press
- IBRAM. 2011. *Carta de Petrópolis*. Acedido em 28 de Maio de 2013 em <http://boletim.museus.gov.br/wp-content/uploads/2011/07/Carta-de-Petropolis.pdf>
- KELLY, L. 2010. *The interrelationships between adult museum visitors' learning identities and their museum experience*. Disponível em [http://australianmuseum.net.au/Uploads/Documents/6663/FINAL%20THESIS%20FOR%20GRADUATION\\_KELLY.pdf](http://australianmuseum.net.au/Uploads/Documents/6663/FINAL%20THESIS%20FOR%20GRADUATION_KELLY.pdf). Acedido a 7 de Março de 2013.
- KELLY, L. 2011. *Learning in 21st century museum*. Paper apresentado na The Open and Learning Museum Conference, 11-12 Outubro 2011. Tampere (Finlândia), p. 1-10. Disponível em <http://www.lcmproject.eu/library/books-papers/learning-in-the-21st-century-museum/view?searchterm=Kelly>. Acedido a 8 de Março de 2013.
- LORD, B. 2007. *The manual of the Museum Learning*. Plymouth: AltaMira Press.
- McGIMSEY III, C.1972. *Public Archeology*. Studies in Archeology series. New York & London: Seminar Press.
- MENESES, U. B. 2000. *Educação e museus: sedução, riscos e ilusões*. Ciências & Letras. Porto Alegre: Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras, n. 27
- MERRIMAN, N. 2004. *Public Archaeology*. London: Routledge.
- MOUTINHO, M. 2007a. *Definição evolutiva de Sociomuseologia. Proposta de reflexão*. Comunicação apresentada no XII Atelier Internacional do MINOM. Lisboa: ULHT.
- MOUTINHO, M. 2007b. XIII Atelier Internacional do MINOM. Lisboa/Setúbal. In: <http://sociomuseologia.ning.com/> acedido em 2 de Janeiro de 2014.
- RAPOSO, L.1997. Arqueologia em diálogo: o papel dos museus in ARKEOS, 1º colóquio de gestão do Património Arqueológico, p.,73- 90.
- RAPOSO, L. 1999. Museus de arqueologia e sítios arqueológicos musealizados – identidades e diferenças.. in *O Arqueólogo Português*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. Série IV, Volume 17, p. 51-72.
- RAPOSO, L. 2004. Benefícios e custos da musealização arqueológica in situ. In *Arqueologia e História*. Lisboa: ed. Associação de Arqueólogos Portugueses, Vol. 55, p. 119-125.
- RAPOSO, L. 2009. Arqueologia e Museus In *Museologia.pt*, nº 3, Instituto dos Museus e da Conservação. pp. 75-103, Lisboa.
- RENFREW, C. & Bahn, P. 2004. *Archaeology: Theories, Methods and Practice*. Londres: Thames e Hudson, 5ª edição.
- SCHADLA-HALL, T. 1999. Editorial: Public Archaeology. *European Journal of Archaeology* 2/2, 147-158.
- SHANKS, M. & TILLEY, C. 1988. *Social theory and archaeology*. Albuquerque: University of New Mexico.
- SHANKS, M. & TILLEY, C. 1992. *Re-constructing archaeology – theory and practice*. Londres: Routledge, 2ª edição.
- SIMON, N. 2010. *The participatory museum*. Santa Cruz: Museum 2.0.
- TRIGGER, B. 2004. *A História do Pensamento Arqueológico*. São Paulo: Ed. Odysseus.
- VARINE-BOHAN, H. 1996. Respostas de Hugues de Varine a Mário Chagas, In *Cadernos de Sociomuseologia*, N.º 5. Lisboa: ULHT.
- WICHERS, C. 2010. Museus e antropofagia do património arqueológico: (des)caminhos da prática brasileira. Tese de doutoramento. Lisboa, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 488 pp.